

## TCE-PE disciplina ordem cronológica de pagamentos da Administração Pública



Nesta semana, o Pleno do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE) aprovou uma resolução (nº 244/2024) disciplinando os critérios para o pagamento de despesas, pelo Estado e municípios, seguindo a ordem cronológica de liquidação.

A nova regra vale para prestação de serviços, fornecimento de bens, locações e realização de obras. O ingresso na fila começa a partir da data da liquidação, que

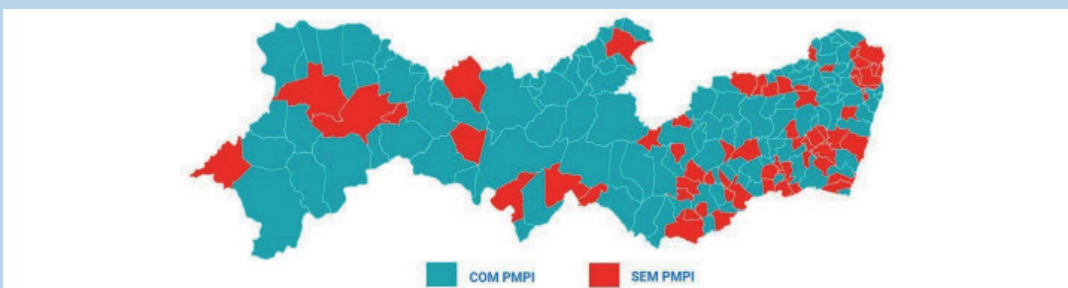
deve ser comprovada por meio de nota fiscal, fatura ou recibo, e de outros documentos de cobrança ou requisitos exigidos no contrato, ou na licitação de origem.

Caberá aos órgãos públicos não só observar a ordem cronológica, como também dar transparência às informações. A divulgação sobre os pagamentos deve ser mensal, e acessível ao cidadão no portal de transparência.

A ordem cronológica dos pagamentos está prevista na lei de licitações 14.133/21, assim como na lei 8.666/93 (que ainda rege contratos em vigência).

O TCE-PE instituiu a ordem cronológica dos pagamentos em 2015, dando total transparência aos dados, que são disponibilizados em seu portal na internet.

## Cresce o número de municípios com Planos Municipais da Primeira Infância



Um levantamento feito TCE-PE, entre novembro de 2023 e abril deste ano, mostra que houve um aumento de 47% no número de municípios com Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI).

De acordo com o relatório, 39 novos municípios informaram ter elaborado o PMPI. Somados aos 83 que, segundo o levantamento anterior, já tinham planos

concluídos, tem-se agora um total de 122 municípios pernambucanos com o PMPI elaborado – 66% dos 184 municípios do Estado.

O PMPI é uma ferramenta essencial para priorização, no orçamento público, das ações voltadas à saúde, educação, alimentação e desenvolvimento integral das crianças de até seis anos.

## 1º Encontro Nacional de Inteligência Artificial dos Tribunais de Contas



O Recife vai sediar, nos próximos dias 1 e 2, o 1º Encontro Nacional de Inteligência Artificial dos Tribunais de Contas. O encontro será realizado pelo TCE-PE, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e Instituto Rui Barbosa (IRB), e contará com a participação de representantes de todos os TCs brasileiros.

O objetivo é fomentar a governança da adoção da Inteligência Artificial nos Tribunais de Contas, apresentar os progressos recentes nessas instituições, além de promover um espaço de integração e discussão técnica.

Siga o TCE nas redes sociais

 /TCEPernambuco

 @tcepe

 @tce\_pe